



Declaração do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas

4 de abril de 2013

Senhoras e Senhores Jornalistas

Solicitei a vossa presença aqui para vos informar - e através de vós os portugueses - que apresentei ao Senhor Primeiro-Ministro o pedido de cessação das minhas funções como Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, pedido esse que foi aceite.

Inicio agora uma nova etapa na minha vida, fora da actividade governativa. Mas continuo a participar e, mais do que tudo, a acreditar na validade e no acerto do projecto político liderado pelo Dr. Pedro Passos Coelho, em que me orgulho ter colaborado desde a primeira hora.

Ao contrário de outros, sei que só a história julgará, com a objectividade e a distância temporal indispensáveis, a acção de cada um de nós enquanto agente político.

Não pretendo, por isso, proceder a qualquer avaliação sobre o meu mandato enquanto titular de funções governamentais.

Creio, contudo, que essa postura não colide, em nada, com o balanço do que foi conseguido nos últimos dois anos em algumas das áreas mais relevantes cuja responsabilidade me estava atribuída.

Orgulho-me, especialmente, daquilo que foi feito no domínio da Administração Local.

Desde logo através da reorganização do mapa autárquico, traduzido na redução de 1167 freguesias, criando condições para racionalizar os escassos recursos financeiros disponíveis e para, através dos ganhos de escala que as agregações permitem, corresponder melhor aos legítimos anseios das populações.



Mas também no que toca à reforma da estrutura empresarial local, que conduziu a que, num total de 400 entidades, se conseguisse avançar com a fusão e a extinção de 212, invertendo assim uma situação que se tornava cada vez mais insustentável.

Permito-me sublinhar, igualmente, o trabalho realizado no que à RTP diz respeito.

A empresa tem hoje em marcha um processo de reestruturação que a tornará mais capaz de resistir aos desafios de um sector em acelerada fase de mutação e, sobretudo, de prestar um serviço público de ainda melhor qualidade. E de o fazer com maior eficácia, e com maior racionalidade económico-financeira.

Nesse contexto, gostaria de recordar que a RTP baixou os seus custos operacionais em 22% entre 2011 e 2013, passando de 270 para 210 milhões de euros e que a indemnização compensatória, no mesmo período, se reduziu em 52%, passando de 109 para 52 milhões de euros. Tudo isso, sublinho, sem por em causa a capacidade da empresa para cumprir a missão de serviço público que lhe está atribuída.

Julgo que também merecem destaque o Programa Impulso Jovem. Num momento em que o desemprego é o principal flagelo com que a sociedade portuguesa se defronta, as políticas activas de emprego assumem uma importância capital. E, graças a essa iniciativa, mais de 10000 jovens já se candidataram à frequência de estágios remunerados com a duração de doze meses.

Uma palavra, ainda, para o que se conseguiu no domínio da modernização administrativa, área em que, mercê das medidas relacionadas com as tecnologias da informação e da comunicação, vai ser possível obter uma poupança na ordem dos 500 milhões de euros.

Outros exemplos poderia aqui deixar, tanto nos sectores referidos como nos campos de que tive a responsabilidade, como a imigração, a juventude e desportos ou a igualdade de género. Mas, repito, resistirei à tentação de fazer um julgamento que cabe aos outros, e não a mim, levar a cabo.



Os últimos dois anos foram de grande exigência, impondo ao Governo a que me orgulho de ter pertencido que tudo fizesse, muitas vezes a um ritmo excessivo, para conseguir estancar, no mais curto espaço de tempo possível, a hemorragia em que o País vivia, inverter a situação de pré-bancarrota em que nos encontrávamos e devolver a Portugal o lugar que por direito lhe cabe no concerto das nações.

Por isso, quero deixar aqui o meu público e sincero agradecimento a todos quantos, na equipa que me coube liderar, no Governo como um todo ou na sociedade civil, participaram nesse esforço e contribuíram para nos retirar da emergência financeira em que nos encontrávamos.

Em termos pessoais, queria porém relembrar que o caminho que percorri foi bem mais longo. Porque aos dois anos de funções governativas devem somar-se os três anos que os antecederam. Dois anos em que acreditei e lutei, no interior do meu partido, pela afirmação de um novo líder que encabeçasse um projecto de mudança para Portugal.

Depois, mais um ano em acreditei e lutei pela eleição de um novo Primeiro-Ministro e pela escolha de uma nova proposta de governação que pusesse fim ao caminho para o desastre em que nos encontrávamos.

Ao todo, foram cinco anos de extrema exigência, tanto pessoal quanto política, em que tive o privilégio de ser chamado a lutar na primeira linha.

Cinco anos em que dei, pelo meu País, tudo aquilo que as minhas capacidades permitiam.

Cinco anos que foram, ao mesmo tempo, uma longa aprendizagem e uma dura lição de vida.

Por tudo isso, mas também porque este é o tempo de decisões pessoais importantes, tanto na minha vida quanto na vida da minha família, creio ser o momento certo para fazer uma interrupção e para iniciar uma nova etapa.

Tenho a plena consciência do preço que paguei ao longo destes anos. Das críticas que me dirigiram e, quero dizê-lo sem rodeios, das razões que por vezes lhes assistem. Do



juízo negativo que muitas vezes foi feito quanto à minha participação ou desempenho no Governo.

E, sobretudo, da incompreensão quanto às minhas reais motivações, que apenas foram, são e serão, servir o meu País.

Mas, perdoar-me-ão, tenho também a consciência de ter contribuído, algumas vezes num caminho quase solitário, para a afirmação eleitoral do PSD, para a acção determinada deste Governo e para a criação de condições que garantam, aos nossos filhos e aos nossos netos, uma vida melhor do que a que têm as actuais gerações.

Saio por vontade própria. É uma decisão tomada há várias semanas conjuntamente com o Senhor Primeiro-Ministro. E saio, apenas e só, por entender que já não tenho condições anímicas para continuar.

Saio como entrei.

Com a mesma convicção com que iniciei este caminho.

Com a mesma convicção no acerto do projecto que este Governo tem levado a cabo.

Com a mesma convicção de que o Dr. Pedro Passos Coelho é o líder de que o País necessita nesta época de tormentas e dificuldades.

E também com a afirmação da minha total solidariedade com o Primeiro-Ministro e com o Governo, e da disponibilidade, também ela total para, agora em funções diferentes, continuar a lutar por um futuro melhor para Portugal e para os Portugueses

Muito Obrigado.